

NECESSIDADES DE HISTÓRIA: OS USOS DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL

Cícero Joaquim dos Santos¹

RESUMO

Esta pesquisa analisa os usos da memória na construção da cidadania cultural. Ancorada nos procedimentos metodológicos da História Oral, ela reflete sobre a experiência vivenciada por um grupo de jovens autointitulado Retratores da Memória de Porteiras (REMOP). Fundado em 2004, composto por cerca de 15 jovens entre 15 e 29 anos, residentes no município de Porteiras, no Cariri cearense, o REMOP passou a desenvolver ações, a fim de sensibilizar a população local para a tomada de iniciativas frente ao cenário de desvalorização e perda das referências culturais do lugar. Como resultado, os jovens mobilizaram os moradores para, juntos, construir um museu. A Casa da Memória de Porteiras foi fundada, aos 21 de setembro de 2007, e, desde então, vem promovendo ações educativas, elucidando um exemplo de gestão comunitária da memória.

Palavras-chave: Memória social. Identidade Cultural. Cidadania. História.

ABSTRACT

This research analyzes the uses of memory in the construction of cultural citizenship. Anchored in the methodological procedures of oral history, it reflects an experience of a group of young self-styled Retractors Memory of Porteiras (REMOP). Founded in 2004, it consists of about 15 young people between 15 and 29 years residing in the city of Porteiras, Cariri Ceará, the REMOP started developing actions in order to sensitize the local population to take initiatives against the backdrop of devaluation and loss of cultural references of the place. As a result, young people mobilized residents to jointly build a museum. The House of Memory of Porteiras was founded, to September 21, 2007, and has since been promoting educational activities, explaining an example of community management of memory.

Keywords: Social Memory. Cultural Identity. Citizenship. History.

Introdução

*Uma política para o passado é, necessariamente, uma
demanda da política do presente (...).*

Manoel Luiz S. Guimarães

Falar sobre a memória, na sociedade atual, representa colocar em evidência

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). e-mail: cjoaquims@yahoo.com.br.

problemáticas profundas que tocam a vida social e, no caso específico da pesquisa e do ensino de história, trazer à luz dos nossos dias velhos dilemas sobre a escrita e a didática da história, a exemplo dos lugares dos sujeitos na construção do conhecimento histórico e da crítica à celebração do passado. Na mesma intensidade, a emergência da memória, na contemporaneidade dos nossos tempos, elucida novas inquietações que a tornaram um campo fértil para o ofício do historiador (DOSSE, 2004).

Nos limites desta apresentação, pretendemos refletir sobre uma experiência bastante singular, que evidenciou os usos da memória, em uma comunidade no interior do Nordeste brasileiro, trazendo à tona o debate sobre o direito à memória. Referimo-nos ao percurso palmilhado por um grupo de jovens que, aos 21 de setembro de 2007, fundou o museu comunitário Casa da Memória de Porteiras, no município de Porteiras, no Cariri cearense.²

O direito à memória

O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. (LOWENTHAL, 1998, p. 64)

Na noite do dia 26 de novembro de 2004, um grupo de jovens, composto por professores, universitários e estudantes secundaristas, montou uma exposição cultural no Centro Social Urbano (CSU), na cidade de Porteiras. O evento despertou a curiosidade da população local que, de início, sem entender o que acontecia, deparou-se com objetos e iconografias dos lugares e das práticas culturais, presentes no seu cotidiano e nas memórias dos mais velhos.³

Tal evento, intitulado *ESPACULT (Espaço Aberto à Cultura)*, que discutiu o tema *Porteiras: Arte e Memória*, mexeu com a consciência do passado dos porteirenses. Eles viram

² A criação do distrito de Porteiras data de 9 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim. Já a criação do município ocorreu em 17 de agosto de 1889 (PINHEIRO, 1963). Ver também na Ata de Instalação da Câmara da Vila de Porteiras. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Porteiras dista cerca de 425 km de Fortaleza (em linha reta). Possui fronteiras com os municípios de Jardim, Missão Velha, Brejo Santo e Jati (CEARÁ, 2009).

³ Naquele momento, as crianças, os jovens, os adultos e os idosos participaram do evento, que constou de uma exposição cultural com fotografias dos lugares do município e objetos do cotidiano, apresentações de dança, teatro e um concurso de redação e poesia com os estudantes porteirenses. (SANTOS, 2011).

as cenas do dia a dia, as festividades, os rituais sagrados e até mesmo os utensílios de barro e madeira, tão presentes no cotidiano e confeccionados por seus familiares, amigos e vizinhos, postos em evidência, aos olhos de todos, em uma exposição cultural, como bens que careciam de valorização e preservação.

No mesmo lugar e naquela mesma noite, as apresentações artísticas de crianças e jovens reiteraram que aquele momento era diferente. Crianças e jovens que, sem terem formação artística (profissional), se apresentaram no palco do espaço, deixaram os porteirenses surpresos, ao verem seus netos, filhos e sobrinhos encenarem um espetáculo teatral diferente. Tal surpresa foi provocada pelo teor do roteiro teatral apresentado. Intitulado *Porteiras: um miudinho do Ceará?* O espetáculo direcionava os olhares dos porteirenses para o descaso do poder público, no que se refere à necessidade de valorização e preservação dos bens culturais do lugar.

Antes da realização daquele evento, os 10 jovens, que naquele ano, 2004, tinham entre 15 e 29 anos, se inquietaram, quando se autoindagaram sobre sua identidade: “Que grupo é esse? E como iremos nos afirmar socialmente?” Eles se inquietavam, afinal, como já apontava Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1993), a identidade é uma construção social em constante processo de (re)elaboração, que toma como elemento central a relação do “eu” com o “outro”. Tal questão parece simplória, ao primeiro olhar. Todavia, ela é carregada de intencionalidades, pois possui no seu cerne a dimensão do horizonte político de quem fala.

Sob a sombra de um eucalipto, no centro da cidade, os jovens se autointitularam Retratores da Memória de Porteiras (REMOP). Tal nomenclatura tentou evidenciar o desejo de realizarem o registro, a valorização e a preservação da memória e dos bens culturais do lugar onde residiam, frente ao descaso do poder público a tais questões. Reflete, portanto, os desejos de políticas de memória.

Na época, o município de Porteiras possuía cerca de 15.658 habitantes⁴, estando distante dos grandes centros urbanos do Nordeste. Mesmo localizado no espaço do Cariri cearense, entendido pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como um celeiro de manifestações culturais, que obtém projeção nacional e internacional, em virtude da diversidade dos seus bens culturais (IPHAN, 2007), Porteiras não foi inserido na

⁴ Cf. os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), ver CEARÁ (2009).

construção da chamada “Região Cultural do Cariri”.⁵ Tal recorte cultural resultou da construção discursiva sobre o Sul do Ceará, como um lugar de destaque no âmbito cultural, elaborado paulatinamente, no decorrer do século XX, por intelectuais e entidades da região, bem como pelos órgãos governamentais criados para atender à demanda da cultura.

Tal exclusão não foi o único fator que inquietou o REMOP. De fato, o que mais o incomodou foi o “aparente descaso” que os porteirenses atribuíam ao passado e aos bens culturais do lugar, bem como a ausência de políticas para a preservação do patrimônio. Tal percepção veio à tona, quando os bens culturais contemporâneos às temporalidades daqueles jovens começaram a ser ameaçados (bens processuais) ou destruídos (bens materiais) pelas circunstâncias políticas do presente.

Sobre o cenário cultural de Porteiras, percebemos que, no decorrer do século XX, período em que surgiram no cenário nacional as discussões sobre o patrimônio e a política de sua preservação (FONSECA, 2009), a população de Porteiras sofreu um longo processo de desvalorização cultural e perda de bens culturais significativos que constituíam elementos de pertença e identidade social. Para isto, concorreram diversos fatores, como é o caso da falta de políticas públicas que viabilizassem a identificação, a valorização, o registro e a preservação desses bens. A partir de 1990, a interferência religiosa católica e o ideal de modernização da cidade, implementado pelo poder público local, se integraram a essas causas (SANTOS, 2011).

No que diz respeito ao patrimônio material edificado, podemos citar a reforma das antigas moradias do espaço urbano. Damos relevância às residências que circundavam a Igreja Matriz, no centro da cidade, uma vez que o antigo povoado de Porteiras, assim como outras localidades do Ceará, surgiu em torno da capela que, posteriormente, cedeu lugar à Matriz de Nossa Senhora da Conceição.⁶ Essas residências foram modificadas, perdendo,

⁵ Atualmente, a divisão político-administrativa (oficial) do Estado do Ceará reconhece o Cariri como uma micror-região, composta por 26 municípios. Como lembra Cortez (2000), foram construídos outros recortes para a definição do Cariri, como aqueles orientados pela formação histórica, pela (suposta) unidade territorial ou por fatores econômicos. No entanto, não podemos deixar de considerar a força da construção discursiva sobre o “Cariri da Cultura”, que historicamente foi direcionada para o Triângulo Crajubar, composto pelos municípios do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, recentemente reconhecido oficialmente como Região Metropolitana do Cariri.

⁶ Segundo alguns registros, foi o Pe. José Antônio Pereira de Maria Ibiapina (1806-1883), conhecido por Pe. Ibiapina, que liderou a construção, em regime de mutirão, da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1864, quando de sua passagem pela localidade (NASCIMENTO, 1995). Em 1928, a capela foi demolida e, em 1931, teve início sua reconstrução, concluída em 1936. Ver Santos (2009).

assim, as características da arquitetura passada. Além dessas, as poucas residências, antes existentes, que remetiam aos anos finais do século XIX e à primeira metade do século XX, foram demolidas para dar lugar a novas residências e casas comerciais. Soma-se a isso a destruição de antigas praças e a construção de novas áreas de lazer, que deram à cidade um aspecto de modernidade (SANTOS, 2011).

Em Porteiras, não há nenhum bem tombado (material) ou registrado (imaterial) oficialmente como patrimônio cultural, nas esferas municipal, estadual ou federal. Isso não é decorrente da falta de bens relevantes para a compreensão do passado e de espacialidades sobre as quais a população construiu sentimentos afetivos e lhe conferiram significados. Como um bem de forte representação social, citamos o casarão do coronel Francisco Lucena, conhecido como Chico Chicote, no Sítio Guaribas. No local ocorreu, em fevereiro de 1927, o Conflito das Guaribas, acontecimento presente nas memórias dos porteirenses e nas páginas da historiografia brasileira do Cangaço (LUCENA; LUCETTI, 1995; MONTENEGRO; 1973). Entre os anos 2000-2003, o casarão, que se encontrava abandonado, desabou ou foi demolido (SANTOS, 2011).⁷

No que se refere ao patrimônio imaterial, marcado pelo efêmero e composto por manifestações diversas, como celebrações, formas de expressão, saberes e modos de fazer, bem como por lugares sobre os quais tais referências culturais são praticadas, muitos bens foram renegados, permanecendo apenas na memória dos idosos, como é o caso do Maneiro-pau, da Lapinha e do Reisado.

Outro exemplo diz respeito à festa dos caretas. Uma das tradições mais marcantes de Porteiras, esta manifestação acontecia, todos os anos, no período da Semana Santa, com duração de três dias, e movimentava a população da cidade e dos diversos sítios do município. A brincadeira foi forçada a desaparecer, por volta do ano 2001, sob o pretexto de aumento da violência.⁸ Nesse cenário, o descaso para com a memória e o patrimônio cultural refletia-se, ainda, na falta de incentivo às pesquisas locais e na ausência de livros que tratassem dessas

⁷ Algumas fotografias do casarão mencionado podem ser vistas em algumas publicações, como em Luceti e Lucena (1995), Santos (2011). Na obra de Lucena e Luceti (1995) e Montenegro (1973), há uma análise bastante elucidativa sobre o fogo das Guaribas.

⁸ Na Casa da Memória de Porteiras há fotografias da festa dos caretas doadas pelos moradores do município de Porteiras. Há, também, uma pesquisa de público que foi realizada, em 2005, pelos jovens do REMOP. A pesquisa aponta para a crítica da população, frente à imposição religiosa para o fim da festividade.

questões, o que gerou ignorância quanto à memória histórica do lugar.⁹

Inquietos com esse cenário, os jovens do REMOP buscaram perceber, no cotidiano dos moradores, um instrumento de mudança: o valor da memória e sua dimensão política.¹⁰ A primeira iniciativa desenvolvida pelo grupo foi a realização da Campanha de Valorização do Patrimônio Cultural, impulsionada pelo IMOPEC. Naquele momento, as atenções dos jovens voltaram-se para a realização de uma pesquisa, que tinha como meta central perceber como a população entendia a memória social e o patrimônio cultural local, levando-a à identificação das manifestações existentes e daquelas já extintas. Em maio de 2005, o grupo promoveu uma nova enquete na localidade, intitulada: “A Festa dos Caretas e o Reisado”, que demonstrou a insatisfação dos porteirenses com o desaparecimento de tais manifestações.

Nesse direcionamento, percebemos que uma das iniciativas mais marcantes do grupo foi a visita aos lugares reconhecidos como marcos históricos ou representativos das memórias da população. Naquela ocasião, os jovens, além de realizarem o registro fotográfico, ouviram os mais idosos narrarem suas experiências sociais, registrando os depoimentos e conhecendo melhor seu lugar de origem. Assim, deram reconhecimento às variadas narrativas orais que circulavam na região. Portanto, a partir da criação do REMOP, seus integrantes iniciaram a formação de um acervo fotográfico sobre os bens culturais e entrevistas sobre o passado do lugar. Desse modo, passaram a contribuir diretamente para a produção social da memória de Porteiras e a conscientizar a população para o entendimento (e a cobrança) dos seus direitos culturais.

Por direitos culturais compreendemos “aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade na qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica” (FERNANDES,1993, p.271).

De acordo com Oriá Fernandes (1993), o direito de produção cultural toma como referência a criatividade humana, nas tessituras da cultura. Ou seja, parte do reconhecimento

⁹ Com exceção do *Roteiro Histórico de Porteiras*, pequeno encarte elaborado pelo Jornalista Antônio Vicelmo do Nascimento e publicado pela Prefeitura Municipal de Porteiras, em 1995.

¹⁰ Esse entendimento foi construído, a partir da formação promovida pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), que passou a capacitá-los para os usos da memória como uma ferramenta de transformação social, a partir do curso de Formação à Distância sobre Memória e Patrimônio Cultural do Ceará. O IMOPEC é uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos e de natureza cultural, fundada em 1988, com sede em Fortaleza-CE. Ver www.imopec.org.br.

de que todos somos produtores da cultura. Assim sendo, recaímos na prerrogativa do direito ao acesso daquilo que produzimos, portanto, dos bens culturais, frutos da sociedade à qual pertencemos. Concomitantemente, tal entendimento aponta para o direito à tradição e aos bens (materiais e imateriais) representativos do passado da sociedade.

Isso nos faz lembrar a relação entre o passado e o presente e sua dimensão política. Utilizando a memória como um bem de direito, os jovens do REMOP utilizaram-na, também, como um instrumento de transformação social. Eles procuraram motivar e encontrar na juventude local adesão às iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural e de registro das diversas memórias. Nesse sentido, ainda em 2004, o REMOP criou o grupo ARTNES de Teatro, composto por crianças, adolescentes e jovens de Porteiras, que passou a elaborar e apresentar espetáculos teatrais que refletiam sobre a consciência do passado e sobre as memórias dos porteirenses.

Em 2005, o REMOP realizou oficinas de flauta e teatro com crianças e jovens, através do apoio do IMOPEC. Além disso, provocou debates nas escolas das zonas urbana e rural do município. Tais iniciativas começaram a comover toda a comunidade e os poderes públicos locais. As instituições de ensino públicas e privadas passaram a trabalhar, em sala de aula, as questões relacionadas ao passado e às referências culturais de Porteiras. E, naquele ano, 2005, a Prefeitura Municipal de Porteiras criou o Departamento de Cultura e Desporto (SANTOS,2011).

No ano de 2006, a experiência dos intrépidos do REMOP começou a ganhar reconhecimento no Ceará, enquanto um movimento social em defesa da memória. Segundo o boletim Raízes, “Num município com fortes marcas do coronelismo e de grande interferência religiosa, o REMOP vem conseguindo promover ações de recuperação da memória local, com participação ativa de jovens, crianças e adultos”.¹¹

Nesse horizonte político, de 9 a 11 de março de 2006, a realização do II ESPACULT inquietou os porteirenses. O evento aprofundou o tema *Memória e Patrimônio Imaterial*. “A promoção de diferentes atividades, em diversos locais da cidade, como exposição cultural, seminários e oficinas teóricas e práticas, mobilizou os vários grupos sociais, despertando-os para a necessidade de valorização, registro e preservação de seu patrimônio” (SANTOS, 2011, p.103).

¹¹ Raízes. Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), Fortaleza, n. 56, out./dez. 2006, p. 2.

Ainda naquele ano, o REMOP colaborou para a elaboração de jogos pedagógicos sobre memória e cultura do Ceará, inserindo as referências culturais de Porteiras. Através de um trabalho conjunto, que contou com a participação de professores e estudantes de várias localidades do Estado, e orientados pelo IMOPEC, foi elaborado um kit com 3 (três) jogos educativos, a saber: *Bingo Cultural do Ceará*, *Trilha da Cultura Cearense* e *Descobrimos o Ceará*. Publicados pelo IMOPEC em 2006, o material educativo foi aplicado nas escolas públicas e privadas e em centros culturais de Porteiras e de outros diversos municípios cearenses.¹²

Naquela contextura, o REMOP já demonstrava a necessidade de intensificação do trabalho com a *educação patrimonial* e anunciava o desejo do fortalecimento daquela iniciativa:

Percebemos hoje a necessidade de uma *educação patrimonial*. A falta de conhecimento sobre nossos bens culturais, muitas vezes, leva-nos a perdas de referências significativas do nosso Ceará, como é o caso da Festa dos Caretas, em Porteiras. Por sua vez, na medida em que há a construção de conhecimentos a esse respeito, acreditamos no fortalecimento dos ideais afetivos de pertencimento, valor e identidade.¹³

Para Ricardo Oriá Fernandes (2009), a *educação patrimonial* é caracterizada pelos fins atribuídos ao processo educativo, concernente ao patrimônio cultural. Em outras palavras, ela é direcionada à formação dos cidadãos cientes dos seus direitos culturais e, por conseguinte, conscientes da importância da salvaguarda e valorização dos seus bens culturais. Logo,

A educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema. (FERNANDES, 2009, p.141-142)

¹² Raízes.Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), Fortaleza, n. 54, abr./jun. 2006, p. 7.

¹³ Raízes.Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), Fortaleza, n. 54, abr./jun. 2006, p. 7.

Nessa construção, a utilização das escolas, museus, bibliotecas, arquivos e outros centros culturais, bem como dos demais lugares e suportes de memória, nas práticas educativas, é fundamental para a compreensão da diversidade e, não contraditoriamente, da identidade cultural de uma determinada sociedade. Desse modo, a educação patrimonial corrobora tanto na construção da consciência crítica e histórica, quanto para a elevação da autoestima, o fortalecimento do sentimento de pertença e a construção das identidades culturais. Dessa maneira, o trabalho com a educação patrimonial é direcionado à construção da *cidadania cultural* (CHAUÍ, 2006).

Foi ouvindo a voz da população de Porteiras, durante os ESPACULT, que o REMOP sentiu a necessidade da criação de um espaço permanente de reflexão sobre o patrimônio, a memória e a história. Segundo a professora e integrante do REMOP, Karina Pereira,

O grande resultado dos ESPACULTs é a Casa da Memória de Porteiras, porque foi no II ESPACULT realmente que nós percebemos que a população estava carente de um espaço como esse. A população queria mesmo que aquela exposição não fosse algo passageiro, mas que fosse permanente, e que as pessoas pudessem visitar mais vezes.¹⁴

Naquela circunstância espaço-temporal, não havia nenhum equipamento em Porteiras, oficial ou comunitário, com a finalidade de suprir as necessidades de história dos porteirenses. Dessa ausência (e dos desejos expressos pela população), nasceu a ideia de construção da *Casa da Memória de Porteiras*, um museu comunitário que pudesse abarcar as memórias representativas dos diferentes grupos e indivíduos que compõem a sociedade local.¹⁵

Assim, pensando na valorização do patrimônio humano, o grupo REMOP lançou, no início do ano de 2007, uma campanha para a arrecadação dos objetos. A iniciativa envolveu a população da zona urbana e das diferentes localidades rurais do município e promoveu entusiasmo e participação dos moradores. Nessa proposta, os porteirenses fizeram a doação e o empréstimo de objetos que faziam e/ou fizeram parte do seu cotidiano. Durante a realização

¹⁴ Narrativa de Karina Pereira. 27 anos. Professora. *Raízes Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense*, Fortaleza, n.59, jul/set. 2007, p.7

¹⁵ A criação das Casas de Memória é um dos programas de atuação do IMOPEC. No Ceará, existem 2 (duas) outras Casas da Memória, estando elas situadas nos municípios de Jaguaribara e Jaguaratama, fundadas respectivamente nos anos de 1998 e 2005. Ambas estão localizadas na região do Vale do Jaguaribe.

da campanha, Karina Pereira narrou:

Nós iniciamos a Campanha Casa da Memória pelos sítios. Antes disso, nos reunimos, conversamos e divulgamos na emissora de rádio local os sítios que iríamos visitar. Quando a gente passa nesses sítios, o pessoal já está nos esperando com os objetos. Quando a caravana do REMOP parte, ela parte cheia de alegria e entusiasmo. Também embutida de sensibilidade, com paciência e serenidade para ouvir, principalmente as pessoas mais idosas. E com a capacidade de se emocionar. Você tem que ter essa sensibilidade para sentir e perceber o que aquela pessoa está sentindo, no momento da doação. Depois do I ESPACULT, o grupo REMOP falou que estava começando a olhar diferente para Porteiras, com novos olhares. E eu vejo que, com esse movimento da campanha da Casa da Memória, os próprios porteirenses estão fazendo isso: estão olhando diferente para a nossa história, para nossa cidade. E a resposta disso é a doação dos objetos, porque, se eles não se identificassem, eles não emprestariam.¹⁶

A sensibilidade que foi provocada, naquele momento, e que levou os moradores a se envolverem na doação dos objetos para o acervo do museu, também pode ser percebida na narrativa do jovem João Diego Rodrigues:

A visita aos sítios não foi só uma questão de resgate de objetos. Foi uma questão de resgate de histórias, memórias juntas com os objetos. O REMOP se emocionou com várias histórias. Foi uma mistura de alegria e emoção. Já há uma identidade, a população já se identifica com a Casa da Memória e, com isso, já traz os objetos para a casa. Essa identificação da população com a casa serve de combustível pra gente. A gente vê o quanto a população se interessa, e isso é o resultado de um trabalho [de conscientização] que a gente vem fazendo, há mais de três anos. Isso é gratificante, deixa-nos emocionados.¹⁷

Vale ressaltar o valor desses “objetos biográficos”, como os define Éclea Bosi (1994). Pois eles refletem experiências vividas (ou uma parte da materialidade da vida) e são revestidos de laços afetivos, simbólicos e funcionais. A essa materialidade do tempo vivido somam-se outros objetos “antigos”, produzidos em outras temporalidades.

Desse modo, é importante estarmos atentos ao seu valor de uso ou consumo e ao valor

¹⁶ Narrativa de Karina Pereira. 27 anos. Professora. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória de Porteiras.

¹⁷ Narrativa de João Diego Soares Rodrigues. 17 anos. Estudante. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória de Porteiras.

que lhe é atribuído, ao tornar-se um objeto museológico. Consoante Bezerra de Menezes (1992, p.12), o objeto antigo foi criado em um tempo anterior ao nosso, “atendendo às contingências sociais, econômicas, tecnológicas, culturais e etc. etc, desse tempo”. Nessa circunstância, recaem-lhes vários usos e funções, utilitárias ou simbólicas. Todavia, ao ser musealizado “O objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriormente drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como objeto-portador-de-sentido”. (BEZERRA DE MENESES, 1992, p.12).

Assim, além de entendermos que, ao adentrar o espaço museal, outros usos e sentidos são dados aos objetos, também é importante reconhecermos que todo objeto é histórico (RAMOS, 2004). Pois ele carrega consigo as marcas do(s) tempo(s) e da sociedade que o produziu. Logo, na Casa da Memória, os objetos passaram a ser utilizados como documentos para o ensino da história. O acervo colhido foi identificado, estudado e exposto em salas temáticas. A inauguração do equipamento cultural, ocorrida na manhã do dia 21 de setembro de 2007, empolgou os porteirenses.¹⁸ Desde então, a Casa da Memória vem despertando a curiosidade e a inquietação do público visitante. Segundo os versos do poeta Joãozinho de Né Tonho,

O porteirense está de parabéns
Com a Casa da Memória
O REMOP veio resgatar
A nossa velha história
Essa nova descoberta
Foi para nós uma glória

A equipe do REMOP
Para isso se preparou
Trabalhado com muito empenho
A uma conclusão chegou
Fundar a Casa da Memória
E isso muito nos agradou

E o REMOP criando
Um museu em nossa cidade
Quem não conhecia um museu
Vai ter a oportunidade
De ver tanta coisa bonita
Que pra muitos é novidade

A Casa da Memória

¹⁸ A Casa da Memória foi sediada na rua José de Alencar, nº. 41, no Centro de Porteiras. Ver página: www.retratores.blogspot.com.

É de grande utilidade
Era uma coisa que faltava
Ser implantada em nossa cidade
Essa casa veio suprir
As nossas necessidades

Veio despertar o jovem
Que pouca coisa sabia
De conhecer tais objetos
Que antes não conhecia
E que na época passada
Era de grande valia
(*apud* SANTOS, 2011, p.126-127)

Esses versos são extremamente significativos, na medida em que colocam em evidência as necessidades do presente sobre a consciência do passado. Um “velho” (ou distante) passado aparece como uma descoberta e, por isso, obtém a entonação de uma glória, esta não representada pelas trajetórias gloriosas dos eventos políticos ou de tempos de vitórias, mas pelo simples fato de representarem os seus passados vividos. A “velha história”, que podemos ressignificar como o passado dos mais velhos, emerge, assim, como uma conquista, uma “descoberta” que agradou tanto aqueles que vivem dos trabalhos da memória (os idosos), quanto os educadores e estudantes que, a partir daquele momento, ganharam um espaço de reflexão sobre sua história. As palavras da integrante Carliane Ventura reforçam esse entendimento:

A Casa da Memória veio pela *necessidade da história*, de discutir mesmo a história, porque muitos jovens de Porteiras não sabem a história de Porteiras. Até mesmo a gente porque tem tantas coisas novas que depois desse grupo de estudo [REMOP] a gente descobriu. Então, a Casa da Memória veio para calhar mesmo a questão da história, para que as pessoas conheçam a história do seu lugar. E fazer com que as pessoas percebam que, por mais simples que seja, é uma história importante. Nós queremos resgatar esse sentido, a história do cotidiano, para que as pessoas percebam que elas são importantes.¹⁹

Nesse caso, os velhos artefatos apresentados nas “novidades” do museu elucidam

¹⁹ Narrativa de Carliane Ventura. 25 anos. Estudante. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória de Porteiras. Grifo nosso.

também a ausência da “oportunidade” para a educação histórica e para o direito à cultura, à memória e à história. As “utilidades” da nova casa da cidade são evidências, através da ausência dos lugares (institucionais) de história e dos desejos manifestados por políticas de memória que abarcassem suas experiências. Em outras palavras, eles clamavam por histórias que os incorporassem como sujeitos, que colaborassem para o seu autorreconhecimento, que lhes dessem um lugar nas páginas (e nos objetos) do passado. A “nova casa” das memórias veio suprir, portanto, as “antigas” necessidades do passado no presente. Afinal “a consciência do passado é, por inúmeras razões, essencial ao nosso bem-estar” (LOWENTHAL, 1998, p. 64).

Foram evidenciadas, portanto, necessidades de histórias e de projetos de memória. As palavras que reclamam políticas de memória denunciam, de igual modo, os seus desusos nos tempos, cuja velocidade da vida carrega aqueles que usam a memória no cotidiano. Entre o velho e o novo há mundos que os aproximam, e também que os distanciam. Nos mundos do cotidiano, os velhos olham para o passado e reclamam políticas de memória que valorizem as heranças “de outros tempos” e seus traços vividos. E os reclamos do presente também se manifestam pela (des)atenção dos mais jovens para com o passado e seus rastros no presente.

Nos registros escritos do poeta Joãozinho de Né Tonho e nas narrativas dos membros do REMOP, as necessidades do passado também foram direcionadas para a construção de uma educação patrimonial voltada para os mais jovens, para que, formados na âncora do valor pelos mais velhos e pelas heranças do passado, buscassem valorizar e preservar os vestígios de outrora, dos seus familiares, dos seus lugares da infância, dos seus mundos vividos e interpretados, enfim, do patrimônio humano.

De igual modo, as necessidades apontadas referem-se aos “horizontes de expectativas” construídos naquele “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006). Nas vésperas da inauguração da Casa da Memória e visualizando a participação e a empolgação dos porteirenses com a proposta divulgada, os jovens do REMOP narraram seus desejos e suas crenças para o futuro:

Acredito que seja uma forma em que as pessoas possam, sempre que vierem a Casa, poder perceber sua história, ao longo dos anos, e se reencontrar (...) e poder, quando chegar aqui, dizer: - Eu faço parte desse espaço, essa casa é minha também. (...) A campanha está contagiando a todos, porque as pessoas

se identificam. Oferecem objetos. (...) Hoje, a gente faz parte de um movimento que não é só nosso. É uma forma de perceber a cidade de uma outra maneira: poder ajudar as pessoas a perceber sua história, a parte que cada um tem na história. *Que a Casa da Memória não seja apenas um lugar de visitação, mas de transforma o social.*²⁰

Acreditamos que a Casa da Memória não vai ser apenas um espaço de reflexão sobre nossa história. Nossos objetivos vão muito mais além: realizar projetos sociais dentro da casa. Não temos são que esperar pelo poder público, a popula o tem que reivindicar, e além disso fazer a parte dela. Não   são cobrar,   também atuar. O REMOP contribuiu para que eu me tornasse sujeito da minha própria história, e   necessário que contribua para outras pessoas.²¹

Nesse contexto, o horizonte construído pelo REMOP aponta para o desejo de uma maior participa o política dos porteirenses nas questões que dizem respeito   valoriza o das memórias e dos bens culturais por eles construídos e ressignificados no cotidiano dos seus dias.

A Casa da Memória não surgiu inesperadamente, ela surgiu porque o Grupo REMOP passou por esse processo de amadurecimento. E é claro que não está completamente amadurecido. Nosso sonho tem que ter teias para que continuemos sonhando e, principalmente, para realizar. E através desse sonho contagiar outras pessoas: o sonho deixa de ser nosso e passa a ser de todos. *Uma das metas do REMOP   formar novos retratores para que o sonho tenha continuidade.*²²

Conclusão

Por tudo isso, percebemos, a partir das atividades desenvolvidas pelos jovens do REMOP, o desencadear de um processo de reconhecimento, por parte dos porteirenses, das suas referências culturais, mobilizando-os para a eleva o de sua autoestima e despertando-os para o sentimento de pertenc a às suas múltiplas memórias e identidades culturais. Nesse

²⁰ Narrativa de Raquel Rodrigues de Lima. 26 anos. Professora. Entrevista realizada em julho de 2007, na sede da Casa da Memória de Porteiras.

²¹ Narrativa de Karina Pereira. 27 anos. Professora. *Raízes Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense*, Fortaleza, n.59, jul/set. 2007, p.7.

²² Narrativa de Karina Pereira. Professora integrante do REMOP. Entrevista realizada em julho de 2007. Grifo nosso.

sentido, ao desenvolver, na prática diária, o exercício da conscientização sobre o valor da memória e da necessidade de salvaguardar seus bens culturais, materiais e imateriais, o REMOP estabeleceu, também, o elo entre o passado e o presente e seus vínculos afetivos e, principalmente, políticos. Assim, notamos que esses jovens tomaram a memória como um objeto de estudo e, principalmente, como uma dimensão da prática política, despertando a população de Porteiras para a promoção e a reivindicação da defesa e do direito à memória social, à história e ao patrimônio cultural como bens que a todos pertencem.

Considerando os aspectos mencionados, percebemos que o direito à memória deve se estender a todos, como um bem precioso, importante para nosso posicionamento no mundo: nas relações do “eu” com o “outro”; nas construções das identidades, para aquilo que nos faz recordar que somos humanos e que, portanto, dependemos da interação que, por sua vez, constrói, nas urdiduras das palavras e dos gestos compartilhados, aquilo que nos une e nos distancia.

Nesse sentido, a problemática do direito à memória é direcionada à gestão da memória. Eis a questão central. Como construir uma gestão da memória que seja representativa da diversidade social e cultural da sociedade, e que, por conseguinte, consiga incorporar os diferentes sujeitos, na conquista dos seus direitos e no exercício da cidadania cultural?

Talvez, se direcionarmos nossa atenção para uma gestão comunitária da memória, poderemos construir respostas para tais questões. A participação dos diversos sujeitos na construção da educação patrimonial e na reivindicação do direito à memória e à cultura é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e a formação dos cidadãos cientes de suas historicidades, da necessidade de cobrar dos poderes públicos seus direitos e, além disso, de atuar socialmente (de muitas formas) na defesa, na salvaguarda e na valorização das memórias e dos bens culturais.

A experiência relatada elucidou um caso de jovens que impulsionaram um movimento que levou os moradores do município a construir, juntos, seu espaço museológico. Nesse caso, não foram políticas públicas que mobilizaram a população, mas as ações dos jovens do REMOP, em seu processo de organização, reivindicação e conscientização da população sobre o direito à memória e à cultura.

Esse caso leva-nos a pensar em uma proposta alternativa para a reflexão sobre políticas de memória, suas articulações e práticas de ensino de história. Ele aponta para o envolvimento

das comunidades nos debates e nas tomadas de iniciativas sobre os usos da memória, para a construção da consciência crítica e histórica dos sujeitos e, portanto, para o exercício da cidadania.

Referências

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Orgs.). **Futuro do Pretérito: escrita da história e história do museu**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar; Expressão Gráfica Editora. 2010, p.13-33.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v.1, p. 207-309, 1993.

_____. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CEARÁ. **Secretaria do Planejamento e Gestão**. Perfil Básico Municipal: Porteiras. Fortaleza, 2009.

CORTEZ, Antônia Otonite Parente. **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960)**. 2000. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, nº25/26, p. 265-276, set.92/ago.93.

_____. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 104-116.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história.

Políticas Culturais em Revista, 1(6), p. 54-70, 2013 - www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

Anais do Museu Paulista, N. série, v.15, n.2, p.11-30, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Roteiro para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Região do Cariri: Patrimônio de todos; Fortaleza: IPHAN, 2007.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p.63-201, 1998.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

NASCIMENTO, Antônio Vicelmo. **Roteiro histórico de Porteiras**. Porteiras: Prefeitura Municipal, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRAS. **Mapeamento das Expressões Culturais de Porteiras**. Porteiras: Departamento de Cultura e Desporto, 2006. (mimeo).

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: [s.n.],1950.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Passado alumiado**: representações históricas de Porteiras. Fortaleza: IMOPEC, 2011.

_____. **No entremeio dos mundos**: tessituras da morte da Rufina na tradição oral. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

Artigo recebido em junho de 2013 e aprovado em junho de 2013.